**CLT sofre mais uma alteração**

Lei 13660/2018 altera parcialmente o regime das despesas com intérpretes e tradutores na CLT

RECOMENDAR12[COMENTAR](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter#comments)

6

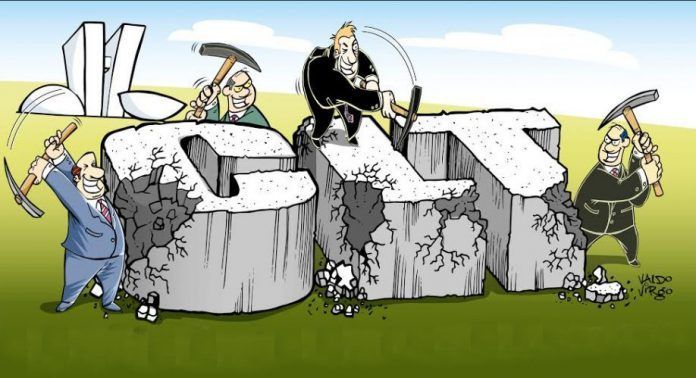
[Não RecomendarImprimirReportar](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter)

[Jocil Moraes Filho, Advogado](https://jocil.jusbrasil.com.br/)

Publicado por [Jocil Moraes Filho](https://jocil.jusbrasil.com.br/)

ontem

17,6K visualizações

~

A Lei nº [13.660](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/575586135/lei-13660-18), de 8 de maio de 2018, que ***“Altera o*** [***§ 2º***](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647626/parágrafo-2-artigo-819-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) ***do art.*** [***819***](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647710/artigo-819-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) ***da*** [***Consolidação das Leis do Trabalho***](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43) ***–*** [***CLT***](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)***, aprovada pelo Decreto-Lei nº*** [***5.452***](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)***, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.”,*** trouxe uma curiosa alteração ao regime das custas no processo do trabalho.

Trata-se da novel redação dada ao art. [819](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647710/artigo-819-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [§ 2º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647626/parágrafo-2-artigo-819-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) da [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43):

Art. 819 - O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 1º - Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever.

**Redação revogada**

§ 2º - Em ambos os casos de que este artigo trata, as despesas correrão por conta da parte a que interessar o depoimento.

**Nova redação**

§ 2º As despesas decorrentes do disposto neste artigo correrão por conta da parte sucumbente, **salvo se beneficiária de justiça gratuita**. [(Redação dada pela Lei nº 13.660, de 2018)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13660.htm#art1)

A matéria de fato havia resistido imunemente à Reforma produzida pela Lei [13.467](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/478059431/lei-13467-17)/2017.

Antes, no entanto, de adentrarmos propriamente nessa sútil mudança, atentemos para alguns aspectos importantes para a compreensão adequada do assunto:

**Mas o que faz o Intérprete (ou Tradutor) no processo?**

Em primeiro plano é mister situar os Intérpretes no bojo do processo. A [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43) é silente quanto à questão[[1]](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter#_ftn1). Estão eles alocados no [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/174276278/lei-13105-15) (arts. 162 a 164), no rol dos Auxiliares da Justiça, a exemplo do Escrivão, do Chefe de Secretaria, do Oficial de Justiça, do Perito, do Depositário e do Administrador, do Tradutor, além do Conciliador e do Mediador Judicial.

Também se faz importante não confundir a atuação do Intérprete ou Tradutor com a do Tradutor Juramentado. A este compete traduzir documentos da língua em que redigidos para a nacional, a fim de que sirvam como prova, juntada por quaisquer das partes no processo (art. 192, *p. ú,* CPC). Após a sua juntada, em havendo suscitação de dúvidas acerca do sentido por exemplo de uma palavra ou expressão, pode ser necessário entrar em cena o Intérprete ou Tradutor, para auxiliar o juiz.

Mas de acordo com o [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/174276278/lei-13105-15) (art. 162), *“O juiz nomeará intérprete ou tradutor quando necessário para: I - traduzir documento redigido em língua estrangeira; II - verter para o português as declarações das partes e das testemunhas que não conhecerem o idioma nacional; III - realizar a interpretação simultânea dos depoimentos das partes e testemunhas com deficiência auditiva que se comuniquem por meio da Língua Brasileira de Sinais, ou equivalente, quando assim for solicitado.”.*

A [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43) decotou um pouco mais a atuação do Intérprete ou Tradutor, para apenas auxiliar na compreensão do depoimento das partes ou testemunhas, do surdo-mudo ou do mudo que não saiba escrever, nada impedindo, no entanto, que a circunstância concreta autorize o seu uso nos termos e hipóteses do [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/174276278/lei-13105-15).

**Entendi, então ele é um perito?**

Não seria técnico colocar dessa forma, pois o próprio [CPC](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/174276278/lei-13105-15) distinguiu a atividade do Intérprete ou Tradutor (arts. 162 a 164) daquela realizada pelo Perito (art. 156 a 158).

Mas há algumas semelhanças, como por exemplo a possibilidade de rejeição do encargo, após a intimação da nomeação, bem como, nas responsabilidades e penalidades, estando ambos sujeitos, acaso prestem informações inverídicas nos autos, a inabilitação de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da comunicação ao órgão de classe, e sob aspecto penal, da configuração do crime de *“falsa perícia”* previsto no art. [342](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10595822/artigo-342-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940) do [CP](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033702/código-penal-decreto-lei-2848-40)[[2]](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter#_ftn2).

Eles ainda, a exemplo do juiz e demais auxiliares, se submetem aos regimes do impedimento e da suspeição (art. 148, II, CPC)

**Se houver a nomeação de um intérprete ou tradutor, eu posso me valer de assistentes?**

Não há uma previsão explícita, acerca da possibilidade nomeação de assistentes, mas parece adequado aproximar o trabalho destes, daquele executado pelo Perito judicial e daí por diante obedecer ao rito dos assistentes periciais, inclusive quanto à remuneração pelas partes que deles se valham.

**Então, na prática o que muda com a Lei 13.660/2018?**

Há um agravamento da situação da parte sucumbente, a qual terá que arcar com as despesas por exemplo, do intérprete seu e ainda do trazido pela parte adversária.

**Mas a novidade,** ao revés do regime da Reforma, que acoimou ao beneficiário da justiça gratuita em hipótese sucumbência, por exemplo, os honorários periciais (art. [790-B](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/27981109/artigo-790b-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)), do advogado da parte adversa (art. [791](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650083/artigo-791-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), § 4º, [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)), das custas e despesas (art. [790-A](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/27981117/artigo-790a-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)), **ficou por conta da Lei** [**13.660**](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/575586135/lei-13660-18) **ter colocado a salvo o beneficiário da justiça gratuita**. **Ou seja, em sucumbindo, não deverá arcar com essa despesa.**

**Que tal um exemplo?**

Imaginemos um contrato internacional do trabalho, celebrado para fazer uma obra na Europa, em que de uma parte, o reclamante que é mudo, apresente 3 testemunhas (italiano, japonês e americano) e do outro da reclamada se faça presente por um preposto francês e apresente mais três testemunhas (russo, alemão e chinês).

Nesse peculiar processo quem for sucumbente, salvo se beneficiário da justiça gratuita, terá que arcar pelo menos com 8 (oito) intérpretes ou tradutores.

**Aproveitando o exemplo vamos tentar situar as possíveis polêmicas que podem surgir do texto?**

Subsiste ainda a Resolução CSJT nº 66, de 10 de Junho de 2010, cujo art. 1º, II, atribui responsabilidades à União, através dos Tribunais Regionais do Trabalho, que deverão destinar recursos orçamentários para o pagamento de honorários aos tradutores e intérpretes que atuaram no processo em que sucumbiu um beneficiário da justiça gratuita e disso podem surgir pelo menos três correntes:

**(i)** Da literalidade do texto, pode surgir a corrente que entenda ser da empresa o ônus de suportar todos os 8 (oito) intérpretes ou tradutores que atuaram no processo, inclusive os do reclamante sucumbente;

**(ii)** Mas pode surgir entendimento diametralmente oposto, mormente por ainda subsistir a Resolução CSJT nº 66, de 10 de Junho de 2010, motivo porque haverá quem defenda, em nosso sentir erroneamente, que a remuneração dos auxiliares da justiça deva ser integralmente suportada pela União, inclusive aqueles nomeados no interesse da reclamada;

**(iii)** Defendemos, no entanto, posicionamento intermediário, pois, já que a Resolução CSJT nº 66 assegura o suporte somente às despesas do sucumbente beneficiário da gratuidade da justiça, não parece razoável que a empresa que não obtenha o benefício, venha a se prevalecer desse entendimento, permanecendo hígida para essa hipótese, a redação revogada, onde cada qual suportaria as despesas dos intérpretes que lhes serviram.

É necessário ponderar ainda, que no Regime atual de gratuidade da justiça, tanto o reclamante pode obter o benefício (art. [790](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650125/artigo-790-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [§§ 3º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650296/parágrafo-3-artigo-790-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) e [4º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/172999916/parágrafo-4-artigo-790-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)), quanto a própria empresa (art. [790](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650125/artigo-790-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [§ 4º](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/172999916/parágrafo-4-artigo-790-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)). Mais ainda, pode ser que o próprio reclamante não obtenha a gratuidade da justiça.

Daí os cenários possíveis e as suas respectivas soluções a partir das premissas colocadas serão imprevisíveis:

Haveria a possibilidade da União arcar com ambos os intérpretes quando os litigantes forem beneficiários da gratuidade da justiça?

Haveria a possibilidade de mitigação das despesas quando por exemplo o beneficiário seja a empresa e o empregado não obtenha o benefício ou ainda quando o beneficiário seja o empregado e a empresa não o seja?

Como interpretar a norma diante da sucumbência parcial? E da sucumbência recíproca?

Haverá uma tendência a observar a sucumbência em relação ao objeto a que se destina a atuação do intérprete ou tradutor?

Eis os desafios hermenêuticos dos próximos capítulos.

**Então essa Lei foi um sopro de esperança para o beneficiário da justiça gratuita?**

Não serei tão otimista, por ora vejo apenas um assopro depois de uma bela mordida.

[[1]](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter#_ftnref1) Para ser fiel à alegação, existem apenas três referências ao termo intérprete na [CLT](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43) (arts. [328](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10728884/artigo-328-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943), [819](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647710/artigo-819-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) e no ANEXO, Quadro a que se refere o art. [577](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10692524/artigo-577-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943) da [Consolidação das Leis do Trabalho](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/111983249/consolidação-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43)), mas nenhuma delas disciplinando a sua atuação enquanto auxiliar de justiça.

[[2]](https://jocil.jusbrasil.com.br/artigos/575941887/clt-sofre-mais-uma-alteracao?utm_campaign=newsletter-daily_20180511_7058&utm_medium=email&utm_source=newsletter#_ftnref2) Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1o As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2o O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.